

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.278 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2001

Painel de votação foi violado, conclui comissão de inquérito

Relatório final afirma, baseado em laudo da Unicamp e depoimentos de funcionários, que foi extraída lista dos votos na sessão secreta que determinou a cassação do então senador Luiz Estevão. Dois parlamentares são citados como envolvidos na violação



Maldaner lembrou as lutas do PMDB para justificar seu apoio à instalação da CPI

Maldaner e Lando dão apoio e CPI alcança 27 assinaturas

O senador José Eduardo Dutra anunciou ontem ter obtido as 27 assinaturas necessárias no Senado para a criação da CPI da Corrupção. O número mínimo foi alcançado com o apoio dos senadores Casildo Maldaner e Amir Lando.



Amir Lando: "Identidade entre idéia e ação"

PÁGINAS 5 E 6

José Jorge afirma que governo não tem pressa de privatizar Furnas

PÁGINA 9

O presidente do Senado, Jader Barbalho, comunicou ontem ao Plenário que a comissão de inquérito formada para investigar o assunto concluiu que houve violação do painel eletrônico de votação. O fato ocorreu na sessão secreta que decidiu a cassação do então senador Luiz Estevão, e teve a participação de dois parlamentares, segundo o relatório final que deverá ser divulgado oficialmente hoje.

PÁGINAS 3 E 4



Jader disse ao Plenário que considera "fato gravíssimo" a violação do painel eletrônico de votação

Fernando Bezerra propõe substituir Sudam e Sudene por agências

Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, disse ontem a três comissões do Senado que estão sendo concluídos os estudos para extinguir a Sudam e a Sudene e criar duas agências regionais de fomento.

PÁGINA 8

Fernando Bezerra expôs os estudos do governo em reunião conjunta da CAE, CFC e CI



Proposta de Sebastião Rocha visa reduzir os preços dos cadernos escolares

Senado aprova isenção de tributos para cadernos escolares

PÁGINA 10

Ministro dos Transportes vai depor hoje em comissão

Eliseu Padilha fala na CI sobre projeto que propõe reestruturação dos transportes terrestres e aquaviários

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, comparece hoje, às 9h, à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para falar sobre o projeto de lei da Câmara, em exame no Senado, que propõe a reestruturação dos transportes terrestres e aquaviários no país. O deputado Eliseu Rezende, relator da matéria na Câmara e ex-ministro dos Transportes, também prestará esclarecimentos sobre o assunto.

O projeto cria o Conselho Nacional de In-

tegração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. As mudanças também terão implicações na estrutura organizacional do Ministério dos Transportes, na execução de obras de infra-estrutura rodoviária, ferroviária, aquaviária e portuária, com conseqüências, ainda, para o modelo de gestão do Sistema Nacional de Viação.

Senado examina projetos em defesa da mulher

Aproveitar-se da relação de autoridade para importunar alguém com propósito de obter favores sexuais poderá ser crime. Projeto nesse sentido, de autoria da deputada Lara Bernardi, será votado hoje pelo Plenário, desde que receba a tempo parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Também será votado projeto que obriga os planos privados de saúde a realizarem a cirurgia reparadora de mama, nos casos de mutilação decorrente de tratamento contra câncer. Dependendo de pareceres das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, será votado projeto que obriga os delegados a informarem às vítimas de estupro que elas têm direito a fazer aborto.

CFC analisa relatórios de auditorias do TCU

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza reunião hoje, às 18h, para analisar dois avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Os avisos descrevem resultados de auditorias em administrações do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e na Caixa Econômica Federal (CEF).

O primeiro item trata de auditorias operacionais nas administrações Senac no Paraná, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, e nas administrações do Sesc no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. O documento é relatado por Bello Parga (PFL-MA), que recomenda seu arquivamento.

Já o segundo aviso informa os resultados da auditoria realizada na Caixa Econômica no setor de habitação e hipoteca. O relator da matéria e presidente da CFC, Ney Suassuna (PMDB-PB), sugere que sejam convocadas as autoridades responsáveis pela gestão da política habitacional.

CAS vota propostas de interesse do idoso

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje para apreciar uma pauta de 17 itens, que inclui três projetos de lei beneficiando os idosos. O primeiro, da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), permite o acesso gratuito das pessoas acima de 65 anos às salas de cinema, enquanto os outros dois, de iniciativa do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e que tramitam em conjunto, concedem desconto de 50% nos preços de ingresso de eventos culturais e artísticos às pessoas com mais de 60 anos.

CPI do Futebol ouve procurador da República

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol volta a reunir-se hoje para ouvir os procuradores da República Raquel Branquinho, sobre investigação da relação dos bingos com os clubes de futebol do Rio de Janeiro, e Celso Antônio Três, sobre a apuração de prática de lavagem de dinheiro por bingos da região da serra gaúcha. Na mesma reunião, marcada para depois da Ordem do Dia, o também procurador Daniel Prazeres deverá pronunciar-se sobre denúncias envolvendo o Clube de Regatas Botafogo.

Amanhã, a comissão colhe depoimento de Otacílio Ferreira da Costa, dirigente esportivo que vem denunciando irregularidades na Federação Mineira de Futebol.

Presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a CPI analisa denúncias de irregularidades envolvendo dirigentes de clubes, jogadores, empresários e técnicos de futebol. Sonegação de impostos, ilegalidades relacionadas com a venda de passes de jogadores brasileiros para o exterior, irregularidades nos bingos e análise do contrato de patrocínio firmado entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Nike fazem parte dos trabalhos de investigação.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

17h — Participa da missa de Páscoa do Congresso Nacional
18h — Recebe o embaixador da Itália, Vincenzo Petrone
18h30 — Recebe o deputado Mário Martins, acompanhado de membros da diretoria da Confederação Nacional das Transportadoras de Cargas (CNTC)

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 14/01, que dispõe sobre o crime de assédio sexual; PLC nº 17/01, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama por planos e seguros privados de assistência à saúde nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer; PLC nº 18/01, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os servidores das delegacias de polícia informarem as vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; substitutivo ao PLS nº 196/95, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 125/01, do senador José Roberto Arruda, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 20/99, que já se encontra apensada à de nº 18/99, com a de 3/01, por regularem a mesma matéria.

COMISSÕES

9h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Instrução ao PLC nº 1/01, que propõe a reestruturação dos transportes terrestres e aquaviários, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Convidados: o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha; o relator do projeto, deputado Eliseu Rezende; os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Carlos Eduardo Moreira Ferreira; da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Clésio Andrade; da Federação Nacional dos Operadores Portuários, Nilo Martins da Cunha Filho; da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, Wilen Manteli; da Federação Nacional dos Conferentes e Conservadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuárias, Mário Teixeira; e o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transporte, Juarez Bispo. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 50/00, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS 655/99, acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.542/43, para dispor sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos; PLS nº 225/00, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica; PLS nº 303/99, que dispõe sobre o acesso gratuito dos idosos às salas de cinema; PLC nº 63/00, que dispõe sobre a inserção, nos fitas de vídeo gravados que especifica, destinadas a venda ou aluguel, da seguinte mensagem: "Faça sexo seguro. Use camisinha"; PLC nº 30/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de quadro com informações sobre drogas psicoativas, lícitas e ilícitas, em lugares públicos; PLS nº 236/00, acrescenta dispositivos à Lei nº 6.530/78, que regulamenta a profissão de corretor de imóveis e disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização; PLS nº 511 e 555, de 1999 — decisão terminativa (tramitação conjunta), concede desconto de 50% no preço do ingresso de eventos culturais às pessoas com mais de 60 anos de idade e concede desconto no preço do ingresso em eventos culturais a idosos de que trata a Lei nº 8.842/94; PLC nº 31/97, revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLC nº 4/01, que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso; PLC nº 17/01, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama por planos de saúde nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer; PLC nº 18/01, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os servidores das delegacias de polícia informarem as vítimas de estupro sobre seu direito a aborto legal; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLC nº 14/01, que dispõe sobre o crime de assédio sexual; PLC

nº 1/01, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestre, cria o Conselho Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; PLC nº 16/01, altera dispositivos das Leis nºs 4.947/66, 5.868/72, 6.015/73, 6.739/79 e 9.393/96 (altera normas sobre cadastro, tributação e registro imobiliário de imóveis rurais); PLC nº 19/01, que dispõe sobre a criação de empregos públicos no Hospital das Forças Armadas; Requerimento nº 51/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando ao ministro da Fazenda, através do Banco Central, informações sobre a movimentação bancária detalhada do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, do sócio do Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Fernando Jorge Caldas Pereira e outros, sendo as movimentações bancárias relativas ao período de janeiro de 1995 a julho de 2000; Requerimento nº 73/01, do senador Romero Jucá, solicitando do Banco Central a relação de todos os depósitos, de qualquer espécie, oriundos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), constantes do rastreamento já realizado, nas contas do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, do sócio do Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Fernando Jorge Caldas Pereira e outros; Requerimento nº 74/01, do senador Romero Jucá, solicitando ao Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, informações sobre a auditoria fiscal para evidenciar sonegação fiscal, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com os rendimentos declarados por Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, por solicitação do Ministério Público de Goiás e do Distrito Federal; PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal; PLS nº 685/99 (tramitando em conjunto com o PLS nº 26/00), altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real, o sistema monetário nacional, estabelece os regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real; PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das cortes de Contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; PLS nº 148/99, que dispõe sobre o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e hospedagem aos pacientes cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio; PLS 190/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau; PLS nº 264/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394/96, que estabelece os diretrizes e bases da educação nacional; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — Comissão temporária destinada a acompanhar as relações de comércio entre Brasil e Canadá
Pauta: elaboração do plano de trabalho. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: depoimento do foneticista Ricardo Molina de Figueiredo, do Instituto de Pesquisa e Processamento de Som, Imagens e Texto, de Campinas (SP), nos autos da Denúncia nº1/2001. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Após a Ordem do Dia — CPI do Futebol

Pauta: depoimento dos procuradores da República do Rio de Janeiro Raquel Branquinho e Daniel Prazeres, e do Rio Grande do Sul Celso Antônio Três. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Aviso nº 5/99, encaminha ao Senado cópia das Decisões nºs 545 e 546, de 1999, bem como os respectivos relatórios e votos que as fundamentam, referentes, respectivamente, a auditorias operacionais realizadas nas administrações do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), nos estados do Paraná, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia e nas administrações do Serviço Social do Comércio (Sesc), nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio Grande do Norte; e Aviso nº 27/99, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 411/99, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam (TC nº 007.407/95-5) referente auditoria realizada na Caixa Econômica Federal, na área de habitação e hipoteca. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

ESPECIAL

11h — Missa de Páscoa do Congresso Nacional — celebrada pelo arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, a missa será precedida de bênção da capela do Salão Negro. *Salão Negro do Congresso Nacional*

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Conterrâneos Velhos de Guerra*, de Vladimir Carvalho. *Auditório Petrólio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
2º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jader informa ao Plenário que painel foi violado

Presidente do Senado Federal diz que a comissão de inquérito formada para investigar o assunto concluiu que o painel eletrônico foi de fato violado em junho do ano passado, data em que foi votada a cassação do mandato de Luiz Estevão

O presidente do Senado, Jader Barbalho, comunicou ontem aos senadores que o painel eletrônico do Plenário foi efetivamente violado no dia 28 de junho do ano passado, por ocasião da votação secreta que determinou a cassação do então senador Luiz Estevão. Segundo o presidente, essa foi a conclusão a que chegou a comissão de inquérito encarregada de investigar o assunto, formada por funcionários da Casa, depois de colher depoimentos e receber um laudo de especialistas da Universidade de Campinas (Unicamp).

Jader Barbalho considerou "fato gravíssimo" que a apuração, por especialistas em informática, da violação no painel eletrônico tenha sido confirmada por depoimentos de funcionários da Casa, como a ex-diretora do Prodasen Regina Borges e o operador da empresa mantenedora do painel. Eles confessaram ter confeccionado a lista de votação dos senadores. "Há senadores envolvidos também, cujos nomes não revelarei, por constrangimento", afirmou.

O presidente revelou ter sido informado na última segunda-feira das conclusões da comissão pelo primeiro-secretário do Senado, senador Carlos Wilson (PPS-PE), autoridade a quem está subordinada a investigação. "Imediatamente, chamei o presidente da comissão, o consultor Dirceu Mattos, que me apresentou o relatório escrito dos per-

tos da Unicamp, comprovando a violação do painel no dia 28 de junho do ano passado, com continuidade até o dia 30", disse.

PROVIDÊNCIAS

Jader Barbalho lamentou que o Senado estivesse enfrentando um episódio tão grave e garantiu que tomará todas as providências para apurar cabalmente a questão. Para ele, haverá consequências compatíveis com a gravidade do assunto. "Estou mantendo contatos com a Advocacia da Casa para que não haja qualquer deslize regimental na condução das providências, mas vou levar a questão até o fim", declarou.

O presidente do Senado lembrou que era líder do PMDB quando foi votado o pedido de cassação de Luiz Estevão. "Nessa qualidade, fui procurado por ele e pelo senador Renan Calheiros pedindo que fizesse gestões junto ao então presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, para que a votação secreta se desse pelo sistema tradicional (usando bolas brancas e pretas)", relatou.

— Eu me recusei, por temor de que parecesse uma manobra protelatória do nosso partido, o PMDB. Na época, já havia boatos sobre a possibilidade de fraude da votação secreta, mas eu não tinha motivos para duvidar da inviolabilidade dos votos secretos registrados no painel eletrônico — concluiu.

Caso envolve dois parlamentares

Em entrevista aos jornalistas, o presidente do Senado, Jader Barbalho, confirmou que dois parlamentares foram "citados nominalmente" nos depoimentos dos funcionários da Casa à comissão de inquérito administrativo que investigou a violação do painel eletrônico do Plenário. Segundo informou, os depoimentos são "verdadeiras confissões", e contam "com riqueza de detalhes" como o sistema foi violado.

Jader não quis confirmar se os parlamentares citados são os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo, e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ex-presidente do Senado, nem opinar sobre possível quebra do decoro parlamentar, caso que justificaria perda de mandato.

— Estas não são tarefas do presidente da Casa, e sim do Conselho de Ética e da comissão de in-

quérito que investiga a violação do painel — assinalou.

O senador ressaltou que a apuração vem sendo conduzida por funcionário de "alta respeitabilidade", o consultor legislativo Dirceu Teixeira de Matos, com o apoio técnico da Unicamp. A Advocacia do Senado vai intervir no que diz respeito ao envolvimento de funcionários.

— O assunto é profundamente desagradável e, acima de tudo, lamentável. Imagino o que o cidadão comum, que deposita seu voto na urna eletrônica, deve sentir ao ver que é possível isso ocorrer na maior Casa Legislativa do país — concluiu.

Além dos parlamentares, os depoimentos à comissão citam também funcionários e pessoas que não pertencem ao quadro do Senado como envolvidas nos acontecimentos.



Entre Carlos Wilson, Valadares e Mozarildo, Jader Barbalho promete: "Vou levar a questão até o fim"

Arruda nega participação no episódio

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou ontem, em Plenário, não ter tido qualquer participação no episódio da violação dos votos secretos do painel eletrônico. "Não pedi a lista dos votantes, não vi tal lista e sequer fui informado de sua existência na ocasião", garantiu.

Arruda tomou a iniciativa de esclarecer os senadores por ter sido informado de que o depoimento escrito da ex-diretora do Prodasen Regina Borges especificava ter sido justamente ele o autor da solicitação para a confecção da lista com os votos secretos, em nome do então presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O senador desafiou qualquer pessoa a provar sua interferência no episódio. Ele confirmou conhecer Regina Borges, tendo dela as melhores referências. Mas assegurou que Antonio Carlos jamais o procurou para obter a lista e sequer comentou com ele uma possível violação dos votos secretos. Arruda conclamou os senadores a acabarem, de vez, com o instituto do voto secreto. "Vamos ver se esta Casa, diante de tanta controvérsia, tem a coragem de abolir o voto secreto", disse. Para ele, apenas o eleitor precisa do sigilo, para garantir sua liberdade de votar.



Arruda: "Não pedi a lista nem fui informado de sua existência"

ACM garante que nada pediu ao Prodasen

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez questão de garantir sua plena inocência na violação dos votos secretos de senadores no processo de cassação do senador Luiz Estevão. "Posso assegurar que ninguém ouviu de minha boca que teria interesse em conhecer esses votos ou que desejava ter acesso à lista de votação", afirmou.

Antonio Carlos enfatizou que, no caso de haver depoimentos de funcionários sobre o assunto, é preciso promover uma acareação entre essas pessoas e ele próprio para esclarecer os fatos sob investigação.

O senador declarou que, se a ex-diretora do Prodasen Regina Borges de fato relatou ter recebido solicitação sua, por intermédio do senador José Roberto Arruda, para obter a lista de votação, essas declarações não são verdadeiras.

— Posso assegurar que jamais encarregaria uma pessoa, funcionário ou senador, a falar em meu nome sobre um assunto de tal gravidade. Se ela recebeu tal solicitação, tinha obrigação de ter me consultado e isso não aconteceu — disse.

Antonio Carlos apelou à Mesa diretora, ao Conselho de Ética e à comissão de inquérito encarregada de apurar a possibilidade de violação do painel para que investiguem a fundo a questão para não deixar qualquer dúvida.



ACM: "Se ela recebeu tal solicitação, tinha de ter me consultado"

Heloísa solicita divulgação de lista da votação

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou em Plenário o desejo de que a lista de votação dos senadores na sessão de cassação de Luiz Estevão venha a público e que os culpados pela violação do painel sejam punidos. "Espero que a lista apareça, e com o meu voto pela cassação de Luiz Estevão. Senão, vou crer que, além de violar o painel, há senador que rouba a senha de colegas para modificar seu voto. O presídido do Carandiru está mais respeitável do que o Senado", disse, lembrando que a Unicamp comprovou a violação do painel.

Na condição de titular do Conselho de Ética, Heloísa preferiu não fazer juízo de valor sobre a possível cassação de senadores supostamente envolvidos na quebra do sigilo da votação. Em entrevista, ela afirmou que vai analisar os autos do processo para chegar a uma conclusão sobre a possibilidade de infração ao Código de Ética do Senado.

— O mais importante para mim, para a população e para o interesse público é que esses mistérios possam ser desvendados — enfatizou.

Ela acrescentou que alguém tem de ser punido, caso seja identificada a participação de algum senador, mas disse não aceitar "que a corda arrebente do lado mais fraco: tem de identificar se houve a participação de algum servidor, a mando de quem e com a conivência de quem".



Heloísa Helena: "Esses mistérios devem ser desvendados"

Ramez Tebet diz que violação é "fato gravíssimo"

Segundo o presidente do Conselho de Ética, os funcionários do Senado terão todas as garantias necessárias contra eventuais represálias, para poderem colaborar com as investigações sobre a quebra de sigilo em votações secretas

Carlos Wilson anuncia para hoje divulgação do laudo

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), disse ontem que laudo de peritos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) confirma a violação do painel eletrônico de votações do Plenário no dia 28 de junho do ano passado, data da cassação, em sessão secreta, do senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Wilson explicou que o conteúdo do laudo só será divulgado hoje, mas teve de ser parcialmente antecipado em função do vazamento, pela imprensa, das conclusões a que chegaram os peritos da Unicamp e a comissão de sindicância que investigou o assunto. Ele concedeu entrevista no início da tarde. Logo em seguida, o presidente do Senado, Jader Barbalho, informou o Plenário sobre o resultado do laudo. Jader também justificou seu discurso como uma resposta aos vazamentos.

Segundo o primeiro-secretário, a quem a comissão de sindicância deve



Carlos Wilson: alteração no sistema permitiu conhecer, mas não mudar votos

reportar-se, os peritos da Unicamp descobriram que no dia 28 de junho o sistema de votação do painel foi mudado, permitindo o conhecimento dos votos de cada senador. O sistema permaneceu alterado no dia 29, quando foi votada a proposta de emenda à Constituição garantindo mais verbas à saúde. Só no dia 30, o sistema voltou a tornar-se imune à identificação dos votos dos senadores, quando em regime de votação secreta.

Carlos Wilson explicou que a alteração do sistema de votação permitiu conhecer os votos, mas não mudá-los. Assim, ninguém poderia ter fraudado o mecanismo de tal sorte que um voto pela cassação pudesse transformar-se em voto contra a cassação, ou vice-versa.

O senador preferiu não fornecer maiores detalhes sobre as conclusões da comissão de inquérito, até porque ainda participaria na noite de ontem do depoimento de mais um servidor.

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou que os funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) terão todas as garantias contra eventuais represálias se tiverem de depor sobre a quebra do sigilo do painel eletrônico na votação que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão. "Ninguém precisa ficar atemorizado, o conselho e a Mesa darão as garantias necessárias", disse.

Tebet comentou que aguardará o relatório da comissão de inquérito, que inclui o laudo preparado pela Universidade de Campinas (Unicamp), para conhecer integralmente os fatos que apontam para a violação do sigilo do painel. Hoje, o Conselho de Ética reúne-se para ouvir o foneticista Ricardo Molina. Ele deverá apresentar novas informações obtidas a partir da fita gravada pelo procurador Luiz Francisco de Souza da reunião de que participou com os também procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torelly e com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Ramez Tebet afirmou que o Conselho de Ética vai tentar identificar



Tebet: Conselho de Ética poderá julgar senadores, se eles estiverem envolvidos na violação do painel

quem mandou os servidores do Prodasen violarem o painel eletrônico. Se houver responsabilidade de senadores pela fraude, eles poderão ser julgados pelo conselho por quebra do decoro parlamentar, estando sujeitos a penas de advertência, censura, suspensão ou perda do mandato.

— A violação do painel é um fato gravíssimo. Não acredito que um funcionário tenha feito isso sem que alguém mandasse — comentou.

A partir da leitura do laudo dos peritos da Unicamp e do relatório da comissão de inquérito encarregada de apurar a violação do painel, que serão divulgados hoje pelo primeiro-secretário do Senado,

Carlos Wilson (PPS-PE), Ramez Tebet traçará a linha de trabalho do conselho. Serão ouvidos, por exemplo, o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães e o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), citados pela imprensa como responsáveis pela violação.

Segundo Tebet, o laudo da Unicamp é uma prova material da violação, para a qual se buscará a autoria. De posse desses elementos, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) fundamentará o seu relatório no processo movido pelos partidos de oposição para que o conselho estabeleça a eventual quebra de decoro parlamentar no episódio da cassação de Luiz Estevão. A existência de uma lista com os votos secretos teria sido mencionada na conversa de Antonio Carlos com procuradores da República, conforme noticiou a revista *IstoÉ*.

Ramez Tebet esclareceu que o Conselho de Ética só julga parlamentares. A eventual participação de servidores será apurada, mas as informações vão ser enviadas ao exame da Mesa do Senado, por se tratar de um problema administrativo.

Cabral está preocupado com "a honra do Senado"



Cabral se disse "desencantado" com a evolução da crise

das pela imprensa envolvendo senadores e da revelação da quebra

do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) se disse ontem preocupado com "a honra do Senado", depois de tantas denúncias veiculadas pela imprensa envolvendo senadores e da revelação da quebra

do sigilo da votação que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão. "De degrau a degrau, ao invés de uma ascensão, estamos na descida", lamentou o parlamentar.

Confessando-se "desencantado" ao ver o Senado ter "sua imagem cada vez mais maculada na opinião pública", Cabral disse esperar que, se for instalada uma CPI, ela possa "elucidar todos os fatos que denigrem a imagem do Parlamento e da classe política".

Foneticista depõe às 17h de hoje no Conselho de Ética

O foneticista Ricardo Molina de Figueiredo, do Instituto de Pesquisa e Processamento de Som, Imagens e Texto, de Campinas (SP), depõe hoje às 17h no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O conselho apura se houve quebra de decoro parlamentar por parte do

senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) em declarações feitas durante conversa com procuradores da República em fevereiro deste ano. Molina deve mostrar aos senadores o que conseguiu degravar da fita que contém a conversa entre Antonio Carlos e os procuradores.

Arlindo Porto defende agenda positiva e retomada das votações

O Senado Federal deve elaborar uma agenda positiva de votações e não se ater apenas à fiscalização de denúncias, disse ontem o senador Arlindo Porto (PTB-MG), logo após a informação da presidência da Mesa de que o painel eletrônico de votação havia sido violado. O senador, que se referiu também à instalação da CPI da corrupção, defendida pela oposição, observou

que a função do parlamentar, além de apurar denúncias, é legislar e representar o seu estado. As apurações devem ser realizadas, mas os trabalhos não devem ficar paralisados, observou.

Arlindo Porto disse que era com tristeza que ouvia a informação dada pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, sobre a violação do painel de votações. Ele lamentou que Jader tivesse feito a comunica-

ção de uma forma veemente, como se anunciasse, "com um sabor de vitória, algo que estivesse sendo disputado ao longo do tempo".



Arlindo Porto lamentou o anúncio feito "com um sabor de vitória"

"É preciso que sejam punidos os responsáveis", afirma Roberto Freire



Freire quer "mecanismos para evitar a paralisia das instituições"

Ao comentar as denúncias de violação do painel do Senado durante a votação do pedido de cassação de Luiz Estevão, o senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que o Brasil precisa criar "mecanismos para evitar a paralisia das instituições em momentos de crise política como o atual".

O senador reiterou a posição de seu partido pela instalação de CPI para investigar as denúncias de irregularidades envolvendo senadores e o Executivo e em defesa do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado como instrumento de investigação da violação do painel. "É preciso que sejam punidos os responsáveis", declarou.



Com apoio de Maldaner e Lando, CPI obtém assinaturas necessárias no Senado

Suplicy apela ao governo para que não crie obstáculos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ontem para que o governo não crie obstáculos à instalação da CPI da Corrupção. O pronunciamento deu-se em seguida ao anúncio de que o governo teria uma estratégia jurídica contra a CPI, feito pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).



Para Suplicy, o que importa é a busca da verdade

Citando passagem da vida do astrônomo Nicolau Copérnico, Suplicy disse que o que importa na vida é a busca da verdade. Ele acha que o líder do governo deveria apelar ao presidente para que, ao não impedir a CPI, colabore para sustentar o papel do Congresso.

Simon defende comissão só de senadores

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) proposta pelos partidos de oposição deveria ser restrita ao Senado, opinou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que se disse satisfeito com o fato de o requerimento já contar na Casa com as 27 assinaturas necessárias à sua instalação. Para Simon, a comissão não está funcionando ainda devido à pressão do Executivo.



Simon sugere três temas principais para a CPI

Ele rechaçou a tese dos parlamentares ligados ao governo de que a comissão carece de um objeto de investigação definido, lembrando a CPI da Corrupção que investigou irregularidades no governo do ex-presidente José Sarney. "Não havia objeto mais genérico do que aquele", disse.

Simon afirmou que os membros da comissão a ser instalada devem decidir qual o foco das investigações. Ele sugeriu que a CPI trabalhe em torno de três temas principais: as denúncias contra o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), e contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e irregularidades no Executivo.

Mais dois senadores do PMDB decidem apoiar a criação de comissão parlamentar mista de inquérito para investigar atos de corrupção. Oposicionistas tentam agora ampliar adesões na Câmara

O requerimento para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista destinada a apurar diversos casos de corrupção na administração pública já tem a assinatura de 27 senadores – o mínimo necessário na Casa –, segundo o autor da proposta, senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Esse número foi alcançado com a adesão de mais dois senadores do PMDB, Casildo Maldaner (SC) e Amir Lando (RO). Na Câmara dos Deputados, onde são necessárias 171 assinaturas para a comissão ser instalada, já foi obtido o apoio de 144 parlamentares, disse ele.

Segundo Dutra, durante a Semana Santa os parlamentares foram



Casildo Maldaner lembra a história de lutas do PMDB

pressionados por suas bases eleitorais a apoiar a CPI em função das antigas e novas denúncias de corrupção. Mesmo acreditando que o clima na opinião pública e entre os parlamentares é favorável à CPI mista, o senador se diz preparado para não conseguir os apoios necessários na Câmara. Nessa hipótese, ele mudaria a ementa do requerimento, transformando o pedido de comissão mista para pedido de comissão exclusiva do Senado. A vantagem da comissão mista é que sua instalação é mais rápida, já que os líderes dos partidos têm prazo para indicar seus representantes.

– Com o número mínimo no Senado, uma Casa mais governista, não acredito que os deputados ne-

guem apoio – disse Dutra.

Casildo Maldaner justificou a decisão de assinar o requerimento comparando o momento atual vivido pelo PMDB com a Semana Santa.

– Ainda me sinto no Monte das Oliveiras. Nós, do PMDB, fomos esbofeteados na Semana Santa. A Semana Santa continua para nós, mas eu acredito na ressurreição – disse.

Maldaner afirmou estar se sentindo ofendido e agredido com tudo o que tem sido dito a respeito do PMDB, e lembrou que o partido já deu exemplos ao Brasil, no passado, "cortando a própria carne". Ele lembrou das lutas do partido e pediu que o senador Jader Barba-



Para Amir Lando, a CPI deve "investigar sem escandalizar"

lho (PMDB-PA) deixe a presidência da Executiva Nacional, passando a direção partidária para o senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Amir Lando disse que sempre buscou uma "coerência razoável" que levasse a uma "identidade entre idéia e ação" na vida pública.

Assinalou que é difícil conseguir investigar "tendo como soberania apenas a verdade" quando facções políticas antecipam decisões e julgamentos. O senador também revelou estar sofrendo pressões do governo e dos eleitores de Rondônia para decidir sobre se assinaria ou não o requerimento de CPI. "Sempre honrei a minha palavra", afirmou. Lando disse ainda que a CPI deve "investigar sem escandalizar".

Arruda pode questionar na CCJ a constitucionalidade do pedido

O líder do governo no Senado, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou ontem que, se a comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de corrupção for circunscrita ao Senado, ela ferirá dispositivo constitucional. O senador disse que obteve a informação junto à Consultoria Jurídica do Senado e informou que há parecer jurídico, contratado oficialmente pelo PSDB, atestando a mesma posição.

Arruda destacou que, segundo a consultoria, isso ocorre

porque a comissão parlamentar de inquérito foi proposta de uma forma ampla, incluindo a participação de deputados, e até o momento a Câmara não possui o número necessário de assinaturas – 171 – para sua instalação. Ele defende que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seja ouvida sobre o assunto.

Na avaliação do líder do governo, uma CPI é um instrumento democrático, mas seu uso inadequado conspira contra a democracia.

Jader afirma que decidirá de acordo com o Regimento

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que examinará "regimentalmente" a possibilidade de instalação da CPI da Corrupção para funcionar apenas na Casa, sem a participação dos deputados. A alternativa está sendo cogitada pela oposição, que já obteve no Senado as 27 assinaturas de apoio para instalação da CPI.

Jader esclareceu que o fato de ser um dos subscritores do requerimento não o autoriza a atuar como "uma das partes". Ele assegurou que vai seguir o Regimento Interno e aplicá-lo, na qualidade de presidente da Casa, depois de ouvir as lideranças e estudar o assunto do ponto de vista técnico.

Dutra pede ao PMDB que não permita manobra contra a minoria

Depois de ouvir o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) antecipar que vai recorrer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) contra a instalação da CPI da Corrupção, alegando que o requerimento não apresenta um fato determinado, o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), pediu aos senadores, especialmente os do PMDB, que não permitam a "manobra do governo" para impedir que as minorias façam valer seu direito de investigar.

Dutra lembrou que a estratégia anunciada por Arruda já foi utilizada em 1996, quando o então líder do governo, senador Hugo Napoleão (PFL-PI), apresentou recurso à CCJ contra a instalação da CPI dos Bancos, sob a mesma alegação de inexistência de um fato determinado. O requerimento daquela CPI foi encabeçado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), mas apoiado pelas lideranças do PMDB.

Na CCJ, segundo Dutra, o então senador José Ignácio apresentou, como relator, parecer favorável ao recurso de Hugo Napoleão. Na ocasião, o líder do PMDB, senador Jader Barbalho, posicionou-se contra o relator, alegando que "a Constituição, ao estabelecer a exigência de

um terço dos parlamentares para instalar uma CPI, entendeu que aquele era um instrumento de defesa das minorias, e em momento algum poderia ser subvertido pelo voto da maioria", narrou Dutra.

O líder da oposição acrescentou que a minoria recorreu ao Supremo Tribunal Federal por meio de mandado de segurança. "Perdemos por seis a cinco, mas não em função da questão de ordem do PFL, e sim porque o requerimento da CPI não previa as despesas para sua instalação", disse. Dutra concluiu que o relator Maurício Corrêa deixou claro em seu voto que o requerimento estava de acordo com a Constituição.

Na opinião do senador por Sergipe, a instalação da CPI também é importante para que o Senado não continue "toda segunda-feira aguardando o que as revistas publicaram sobre A ou B para cada qual fazer sua defesa".



José Eduardo Dutra lembrou episódio semelhante de 1996

Ademir considera que CPI é exigência do povo brasileiro

Para o senador, o resultado das investigações pode ser uma agenda positiva, que obrigará o Congresso e a sociedade a verificar o papel das instituições

Ao defender ontem a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de corrupção no governo, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a crise que atualmente atinge a base governista cria a possibilidade de a sociedade se beneficiar com transformações. Para o senador, a CPI é “uma exigência, desagradável mas necessária, do povo brasileiro”, e o resultado das investigações pode ser uma agenda positiva, que obrigará a sociedade e o Congresso a se debruçarem sobre o papel das instituições.

Ademir lembrou que as supostas irregularidades envolvendo as Superintendências do Desenvol-



vimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) já obrigaram o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, a anunciar mudanças como a transformação das duas agências regionais de desenvolvimento.

O parlamentar manifestou a sua expectativa de que a CPI seja instalada o quanto antes.

Disse ainda que só tem medo das apurações quem tem alguma culpa. Com o resultado das investigações, o senador acredita que será possível garantir uma me-



Ademir Andrade manifestou a sua expectativa de que a CPI seja instalada o quanto antes

lhor distribuição de terras e riquezas. Segundo afirmou, o país deve melhorar depois que a comissão parlamentar de inquérito for instalada.

Rocha espera que parlamentares não se submetam ao Executivo



Sebastião Rocha defende a instalação de CPI para apurar todas as denúncias de corrupção na administração pública

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu ontem a apuração de todos os fatos envolvendo a violação do painel eletrônico de votação do Senado. Ele é favorável também à instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de corrupção na

administração pública. O senador considera que essa é a resposta que a opinião pública espera da Casa. Caso a CPI não seja instalada, observou Sebastião Rocha, mais uma vez “os parlamentares irão submeter-se aos interesses do Poder Executivo”, em detrimento da imagem do Congresso Nacional. Segundo disse, se fosse considerada apenas a vontade dos senadores, sem qualquer mecanismo de pressão, a CPI seria criada.

CPIs têm poderes de autoridade judicial

Previstas pela Constituição federal e pelos regimentos internos do Senado e da Câmara dos Deputados, as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) são criadas para apurar, em prazo limitado, fatos determinados. Como integrantes dessas comissões temporárias, os congressistas assumem poderes próprios das autoridades judiciais, como os de realizar diligências, convocar autoridades e tomar seus depoimentos, inquirir testemunhas, ouvir indiciados, requisitar informações e documentos a órgãos públicos e requerer ins-

peções e auditorias ao Tribunal de Contas da União (TCU).

As CPIs podem ser constituídas sob a forma mista – com senadores e deputados – ou com integrantes de apenas uma das Casas do Congresso. Na Câmara ou no Senado, as CPIs são criadas a pedido de um terço dos membros da respectiva Casa – 27 senadores ou 171 deputados.

O mesmo número de deputados e senadores é exigido para a instituição automática de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI).

A quebra de sigilo permitirá verificar se houve participação de Eduardo Jorge em desvio de recursos



CCJ analisa quebra de sigilo do ex-secretário Eduardo Jorge

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá votar hoje três requerimentos solicitando a quebra de sigilo bancário e fiscal de Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência da República. O objetivo do pedido é identificar sua eventual participação no desvio de recursos da obra do fórum trabalhista de São Paulo. A quebra de sigilo seria extensiva a familiares e sócios de Eduardo Jorge, além de um ex-deputado federal e ex-dirigentes de fundos de pensão e de empresas estatais.

A CCJ também examina proposi-

ta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que prevê a edição de leis complementares específicas para regular assuntos relativos a finanças públicas. Além disso, os senadores devem votar projeto de lei de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que proíbe o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes até o segundo grau. Segundo Marina, a prática de registrar parentes próximos como suplentes vai de encontro a um dos princípios da administração pública, a impessoalidade.

Mais 40 serão investigados por envolvimento em roubo de cargas

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) que investiga o roubo de cargas em todo o país aprovou ontem a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de 40 pessoas e empresas relacionadas a Ari Natalino da Silva, acusado de receptação de carga roubada, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e falsidade ideológica. Natalino é dono de 200 empresas, entre elas a Petroforte, a terceira maior distribuidora de combustíveis do país.

Em depoimento ontem à comissão, o economista Adjalmir Simões Ferreira negou participação na quadrilha de Natalino. Adjalmir fora apontado como um dos “laranjas” do empresário. A CPMI decidiu acarear Adjalmir e Natalino, que foram sócios em duas empresas distribuidoras de petróleo, situadas em Paulínia (SP).

Adjalmir, juntamente com Natalino, já cumpriu pena de três anos de prisão aberta por sonegação fiscal. Ele afirmou que sua relação com o empresário era meramente profissional, e que nunca atuou como “laranja”. Ad-

jalmir disse ainda que, depois de desfazer a sociedade, trabalhou na Petroforte. A empresa tem sido acusada de adulterar combustíveis e de apropriar-se de caminhões roubados.

O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) apontou contradições entre o depoimento de Adjalmir à CPI e o prestado ano passado à Polícia Federal. Segundo declarou à CPMI, Adjalmir ganhava R\$ 10 mil para

fazer gestões em favor da Petroforte junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP), e jamais teve qualquer participação na administração da empresa. Já à PF, ele afirmou que recebia salário de R\$ 20 mil, e que teria deixado a empresa por dificuldade de enviar à ANP certidões negativas sobre a saúde fiscal da Petroforte. Pompeo lembrou ainda que o despachante responsável pela certidão negativa da Petroforte apresentada à ANP foi assassinado.

Os parlamentares da comissão aprovaram ainda a realização de audiências públicas em Porto Alegre (RS) nos dias 26 e 27 de abril.



Dívida pública interna já chegou a R\$ 536,5 bilhões

Secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, afirma à Comissão Mista de Orçamento que a elevação ocorreu porque “o governo resolveu tirar do armário vários esqueletos”, enfrentando questões como as dívidas dos estados e do FCVS

Em debate na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, informou ontem que a dívida federal interna em títulos chegou, no dia 31 de março, a R\$ 536,5 bilhões. Ele criticou “quem defende qualquer tipo de moratória”, pois “a conta será paga por todo mundo que tem aplicações” em bancos e fundos de pensão, e disse que os bancos só ficam atualmente com 38% dos títulos públicos, enquanto 41% estão nas mãos de pessoas que aplicam em fundos de investimentos.

O secretário abriu um ciclo de debates promovido pela comissão para discutir assuntos que pesam no Orçamento da União, como dívida pública, gastos com juros, carga tributária e câmbio. Fábio Barbosa explicou que a dívida mobiliária federal, que era

de R\$ 76,4 bilhões em 1994, chegou aos R\$ 536,5 bilhões “por causa de vários esqueletos que o atual governo resolveu tirar do armário e da solução dada a problemas sérios, como as dívidas estaduais”.

Assim, a União gastou R\$ 262,8 bilhões no refinanciamento das dívidas dos estados e municípios. Ao mesmo tempo, destinou ao Banco do Brasil R\$ 22,2 bilhões, em apoio à instituição e para perdoar dívidas rurais. O Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que banca restos a pagar de financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação, já exigiu da União R\$ 12,8 bilhões, enquanto a Lei Kandir levou como compensação aos estados exportadores – que perderam ICMS sobre exportações – outros R\$ 17,7 bilhões.

O Tesouro lançou ainda títulos

para assumir R\$ 9,9 bilhões do programa subsidiado de construção naval, R\$ 11,9 bilhões de dívidas do INSS, R\$ 5,8 bilhões para reforma agrária e R\$ 5,3 bilhões para incentivo à exportação. Fora isso, a desvalorização cambial elevou a dívida mobiliária federal em mais R\$ 53,8 bilhões. Barbosa disse que a dívida mobiliária exigiu da União, de janeiro de 1994 a dezembro do ano passado, R\$ 88,2 bilhões no pagamento de juros. O maior impacto ocorreu durante as crises da Ásia e da Rússia.

Segundo ele, os números seriam bem maiores, não fosse a política de austeridade fiscal da União, que gerou um superávit primário acumulado de R\$ 61,5 bilhões nos últimos sete anos, todo ele usado para abater a dívida. Também o dinheiro das privatizações, que somaram R\$ 39,5

O que fez a dívida mobiliária federal subir

(Em R\$ bilhões de dez/2000)

Refinanciamento de estados e municípios	262,8
Pagamento de juros	88,2
Impacto da desvalorização cambial	53,8
Banco do Brasil	22,2
Lei Kandir	17,7
Fundo de Compensação de Variações Salariais	12,8
INSS	11,9
Sup. Nac. da Marinha Mercante (Sunamam)	9,9
Reforma agrária	5,8
Incentivo à Exportação (Proex)	5,3
Rede Ferroviária Federal	1,8
Outros	38,9

Período: 95/2000 - Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

bilhões nesse período, foi abatido da dívida.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), afirmou que os números sobre os “esqueletos” o deixaram surpre-

so. Para o deputado, uma dívida pública elevada “é o preço que o país está pagando para resolver problemas que passavam de governo para governo e impediam o equilíbrio da economia, com a derrubada da inflação”.

Ricardo Santos critica política do governo para o café

Ao registrar a realização do II Simpósio Brasil Café Conilon nos dias 4 e 6 de abril em São Gabriel da Palha (ES), o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) manifestou preocupação com os efeitos da má gestão da política cafeeira sobre as regiões produtoras do Brasil, principalmente o Espírito Santo. Ele lembrou que o setor envolve 2,3 milhões de pessoas no país, entre pequenos proprietários, parceiros, colonos e trabalhadores rurais.

Ricardo Santos destacou que os participantes do encontro – representantes dos produtores de Espírito Santo, Bahia e Rondônia – criticaram a política de retenção do café do governo e também reclamaram do que consideram “um certo ranço conserva-



Santos vê “ranço conservador” nas restrições ao conilon

dor” por parte de autoridades e de lideranças que discriminam o café conilon brasileiro.

– O café conilon, uma linhagem do robusta africano, vem conquistando o mercado internacional por meio da sua utilização em *blends* com os diversos tipos de café arábica, tradicionalmente utilizados na indústria de torrefação, e de café solúvel, como forma de elevar o rendimento industrial e de se obter diferentes padrões da bebida – explicou Ricardo Santos.

O senador questionou projeto do deputado federal Abelardo Lupion (PFL-PR) que, sob o argumento de assegurar a qualidade do café industrializado brasileiro e garantir direitos dos

consumidores, propôs a obrigatoriedade de rotular as embalagens de café com a composição de cada espécie que compõe o produto. “Fica implícita a intenção de inibir o uso do café conilon nos *blends*, deixando transparecer que o conilon é uma espécie menos nobre de café”, comentou.

Para Ricardo Santos, enquanto no Brasil existe discriminação entre grupos de café, o país vai perdendo posição no mercado e os produtores têm de buscar sozinhos saídas para os seus problemas. Ele defendeu a aquisição, pelo governo, dos estoques retidos pelos exportadores com a política de retenção, equivalentes hoje a cerca de 2,6 milhões de sacas.

Outra proposta apresentada pelo senador foi a prorrogação dos empréstimos de crédito rural para os cafeicultores, especialmente para os agricultores familiares.

Antero fala de reserva de vagas nas universidades

No programa *Entrevista* de hoje, o assunto é o projeto de lei que prevê reserva de vagas nas universidades públicas para os alunos da rede pública de ensino. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) é o autor da proposta, que já foi aprovada pelo Senado e está na Câmara dos Deputados. O *Entrevista* é exibido às 7h30 e às 20h30.

A TV Senado transmite às 9h a audiência pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que fala sobre a Agência Nacional de Transportes. Logo depois, será transmitida a audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com o ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim, que falará sobre voto eletrônico. Após a transmissão da sessão plenária das 14h30, a TV Senado exibe a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que ouve o perito Ricardo Molina sobre as fitas em que foi gravada conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães e procuradores da República.

Arcebispo abençoará capela do Congresso

O arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, estará na manhã de hoje no Salão Negro para celebrar a Missa de Páscoa do Congresso Nacional, marcada para as 11 horas. A missa, uma iniciativa dos presidentes do Senado, Jader Barbalho, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, será precedida de bênção da capela do Salão Negro, que foi solicitada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Além de dom Freire Falcão, abençoarão o local, às 10h30, o pastor Euler de Oliveira Alves de Souza, coordenador do Grupo Ecumênico de Brasília, e o padre Emanuel Sofoulis, da Igreja Ortodoxa Grega. Os funcionários das duas Casas estão convidados.

Ademir cobra punição dos responsáveis pelo massacre de Eldorado

O assassinato de 19 trabalhadores rurais sem terra, há exatos cinco anos, em Eldorado dos Carajás (PA), foi o tema do pronunciamento de ontem do senador Ademir Andrade (PSB-PA). Ele destacou a realização de manifestações em todo o território nacional, organizadas pelos movimentos de trabalhadores, para lembrar a data. Na avaliação do senador, as manifestações decorrem da falta de ação do governo no que diz respeito à implantação da reforma agrária e ao enfrentamento da impunidade, que beneficia boa parte dos envolvidos em crimes no campo.

– Apenas 17,5% da população brasileira vive em área rurais, segundo o último censo do IBGE. Isso é um absurdo em um país do

tamanho do nosso – afirmou o senador, para ilustrar o que considera um descaso do governo com os projetos de reforma agrária.

Ademir lembrou os fatos que antecederam o massacre de Eldorado. Segundo ele, durante mais de dois anos antes do crime, os trabalhadores tentaram negociar com o governo a ocupação de terras improdutivas. Antes, haviam ocupado uma área pertencente à Companhia Vale do Rio Doce, da qual foram removidos. “Cansados da falta de respostas do governo do estado, os trabalhadores resolveram bloquear a estrada”.

Foi um ato, frisou, “de absoluta imaturidade política e de irresponsabilidade” do governador do Pará, Almir Gabriel, que precipitou o massacre. O governador teria or-

denado às forças policiais que desobstruíssem a estrada “a qualquer custo e a qualquer preço”. Apesar disso, prosseguiu o senador, a Justiça excluiu do processo criminal o governador, o secretário de Segurança Pública e o comandante da operação.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou a atenção para a disparidade entre o número de famílias assentadas e o contingente de pessoas expulsas do meio rural em decorrência do modelo econômico brasileiro. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o governo descumpra a Constituição, segundo a qual o governo deve fornecer incentivos fiscais, créditos e materiais aos assentados.

Agências regionais devem substituir Sudam e Sudene

Segundo o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, os estudos sobre a extinção dos dois órgãos já estão em fase de conclusão. A proposta será enviada ao Congresso na forma de projeto de lei ou será transformada em medida provisória

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, confirmou ontem, durante reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Fiscalização e Controle (CFC) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que o governo está concluindo estudos no sentido de extinguir as Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). No lugar dos dois órgãos, segundo informou, seriam criadas agências de desenvolvimento regional.

Bezerra revelou que as duas agências de fomento à atividade econômica seriam criadas dentro de um novo modelo, "livre de todos os erros acumulados ao longo dos anos". Ele chegou a adiantar que os órgãos seriam geridos com dinheiro público e sem qualquer influência política em suas decisões. Caberia aos governadores das Regiões Norte e Nordeste, de acordo com a proposta, participar de um conselho com competência para analisar as grandes questões regionais. A proposta, informou, deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional em regime de urgência, ou ser transformada em medida provisória.

mada em medida provisória.

O ministro disse aos senadores ter sido alertado sobre a prática do monopólio de escritórios de projetos e garantiu estar lutando para corrigir a distorção desde quando assumiu o ministério. "Não fui omissivo. Talvez não tenha acompanhado com maior rapidez a gravidade das denúncias", afirmou Bezerra, ao deixar claro que o momento político é propício à realização de profundas investigações em todo o sistema. Para ele, as duas superintendências estão "exauridas e contaminadas".

CAOS

Ao assumir o Ministério da Integração Nacional, em agosto de 1999, Bezerra disse ter encontrado um quadro caótico: notas frias, ausência de instrumentos de gestão, possíveis desvios de verbas, desarticulação de órgãos e falta de transparência nos atos praticados. Diante disso, observou, o caminho foi buscar uma saída concreta para corrigir as distorções e arrumar a casa.

Com o acúmulo das denúncias de corrupção envolvendo a Sudam e a Sudene, segundo Bezerra,



O ministro Fernando Bezerra (E) afirmou aos senadores da CAE, CFC e CI que as duas agências serão criadas dentro de um novo modelo, "livre de todos os erros acumulados ao longo dos anos"

o ministério resolveu adotar várias medidas de caráter preventivo, a começar pela suspensão de todos os projetos em andamento, para que sejam "profundamente analisados". Somente após "um completo rastreamento", completou, os financiamentos serão liberados.

O ministro também informou os senadores sobre as principais providências adotadas pelo mi-

nistério no combate à corrupção nas superintendências regionais. Com relação à Sudam, afirmou, foram instaurados 41 processos administrativos em relação às empresas que solicitaram financiamentos, com ressarcimento previsto de R\$ 600 milhões. Funcionários foram exonerados, 213 empresas foram notificadas, escritórios foram descredenciados e todos os projetos estão sendo

auditados, completou. Quanto à Sudene, o ministro informou que 53 projetos foram declarados irregulares e os cofres públicos deverão ter um ressarcimento de cerca de R\$ 415 milhões.

O ministro acredita, entretanto, que o país precisa continuar a ter uma política de desenvolvimento regional, mas com bases sólidas e realizada com transparência.

Senadores cobram mais investimento no Norte e Nordeste

Durante as mais de quatro horas em que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, debateu com os senadores a atuação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), a maioria das interpelações que lhe foram feitas reiterou a importância de o governo federal continuar investindo nas duas regiões.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) condenou o que chamou de monopólio de projetos e a cobrança de ágio de 40% a título de consultoria para a aprovação de financiamentos. Fernando Bezerra concordou e disse que, desde que assumiu o ministério, tem lutado "para mudar tudo isso que está aí". Ele negou ao senador que tenha sido nomeado para o cargo de ministro a pedido do atual presidente do Senado, Jader Barbalho, mas



Jefferson Péres criticou a cobrança, por escritórios de consultoria, de 40% de ágio para aprovação de financiamentos



O Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste devem ser fortalecidos, defendeu Nabor Júnior



Geraldo Melo teme que a reformulação da Sudam e da Sudene acabe com os investimentos nas regiões



Waldeck Ornélas: precisam ser garantidos recursos para projetos de infra-estrutura

que foi convidado pelo próprio presidente da República. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), por sua vez, avaliou que o modelo das superintendências regionais está esgotado e declarou-se estarecido com as denúncias de corrupção nos dois órgãos.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu o fortalecimento do Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Nordeste (BNB). Segundo informou o ministro, a medida está sendo analisada pelo governo e ele próprio é favorável ao fortalecimento das duas instituições creditícias. O presidente da Comissão de Assuntos Econômi-

cos (CAE), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse confiar que o ministro continuará apurando com rigor as graves denúncias de corrupção na Sudam e na Sudene. Segundo Alcântara, os estados do Norte e do Nordeste mostram-se inconformados diante da ausência de recursos necessários para o pleno desenvolvimento das regiões.

Contrário ao simples fechamento das superintendências regionais, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu que o governo destine mais recursos para as duas regiões. O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador José Alencar (PMDB-MG),

observou que é chegada a hora de as superintendências passarem por um grande processo de reestruturação, como está sendo proposto pelo governo. Já o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) pediu mais recursos para o Norte e lembrou que, ao longo dos 26 anos da Sudam, cuja atuação abrange nove estados, a região Norte recebeu apenas US\$ 9 bilhões. "Isso é uma migalha diante da pujança do Norte brasileiro", protestou.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse estar temeroso de que a reformulação dos órgãos ponha fim à política de desenvolvimento

das duas regiões. O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) considerou que o ministro, diante de tantas denúncias, estava condenado a ser apenas um delegado de polícia, em detrimento dos reais interesses das regiões, que, a seu ver, necessitam de novos recursos, principalmente para os projetos de financiamento de infra-estrutura. A senadora Heleusa Helena (PT-AL) questionou o ministro se algum político o havia procurado para impedir o aprofundamento das investigações sobre as denúncias ou a instalação de uma CPI. "Ninguém me pediu nada e se o fizesse perderia tempo", respondeu Fernando Bezerra.

Governo não tem pressa em privatizar Furnas

Afirmção foi feita pelo ministro de Minas e Energia, José Jorge, em audiência no Senado. Ações da empresa podem ser comercializadas no mercado ao mesmo tempo em que se garantiria poder de intervenção ao governo federal

Em audiência pública nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC), o ministro de Minas e Energia, José Jorge, afirmou que o governo não tem pressa em privatizar Furnas. Segundo José Jorge, o ministério ainda está estudando o modelo ideal que transforme a estatal numa empresa competitiva.

Em resposta ao senador Paulo Hartung (PPS-ES), que solicitou a presença do ministro na CAE, José Jorge afirmou que Furnas pode ser transformada em uma "corporação pública" que, ao mesmo tempo em que teria ações comercializadas no mercado, garantiria poder de intervenção ao governo federal, por meio de ações especiais, as chamadas *golden shares*.

— Queremos que Furnas seja o grande agente da modernização do setor elétrico brasileiro — afirmou José Jorge, ao comentar que a estatal não tem ações em bolsa, diferentemente do que acontece, por exem-

plo, com a Petrobras.

Apesar das explicações, Hartung criticou o governo federal por ter suspenso os investimentos na geração e na transmissão de energia. Na sua opinião, é isso que levou o país a estar sob "grave risco de racionamento", justamente no momento em que reuniu as condições necessárias para o crescimento da economia.

RACIONAMENTO

O ministro garantiu, porém, que uma ameaça de racionamento não acontece por falta de investimentos, mas por falta de chuvas. Ele declarou que, graças a investimentos de R\$ 6 bilhões, houve acréscimo de 7,6% na oferta de energia somente no ano passado. No que diz respeito à distribuição, José Jorge afirmou que hoje o brasileiro enfrenta períodos de falta de luz 34% menores que há quatro anos.

Ainda assim, José Jorge criticou a matriz energética nacional, por depender em demasia de usinas hidrelétricas, o que aumenta a vulnerabilidade do sistema, condicionando a produção às condições hidrológicas

dos reservatórios. Essa situação, disse, não se repete em outros países que têm consumo de energia equivalente ao brasileiro.

O ministro informou que a falta de chuvas fez com que o nível das barragens no Sudeste e no Centro-Oeste caísse para 35,1% e, no Nordeste, a 37,2% do total. Essa situação, continuou, vem-se agravando, pois a estação das chuvas já se aproxima do fim e, segundo a meteorologia, esta pode ser a maior estiagem dos últimos 40 anos. É essa, segundo José Jorge, a grande causa da necessidade de adoção de medidas que permitam que o mercado continue sendo abastecido de energia elétrica.

— O problema que estamos atravessando é conjuntural. Não se trata de "jogar a culpa" em São Pedro, mas de reconhecer que as chuvas não foram suficientes. Se todos fizerem sua parte, provavelmente não será preciso racionar energia — disse José Jorge, que não descartou ações de emergência, como a concessão de aumentos de tarifas, para restringir o consumo.

José Jorge (E), ao lado dos senadores José Alencar e Lúcio Alcântara, admite ações de emergência para restringir o consumo de energia



Senadores questionam preço da energia elétrica

Durante a audiência pública que discutiu o setor elétrico brasileiro, os senadores reclamaram dos preços cobrados pela energia elétrica que, segundo o senador Paulo Hartung (PPS-ES), subiu quase duas vezes mais que a inflação durante o período de vigência do Plano Real.

Para o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), hoje a energia elétrica é um dos principais itens na lista de despesas de diversas famílias brasileiras. "As tarifas precisam ser examinadas com equilíbrio", sugeriu Alcântara. O senador Geral-

do Cândido (PT-RJ) acompanhou o raciocínio dos senadores que o antecederam.

Porém, o ministro de Minas e Energia, José Jorge, afirmou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável por autorizar as concessionárias de distribuição de energia a reajustarem seus preços, leva em consideração diversos fatores, como a inflação e o aumento de produtividade das empresas antes de liberar aumentos.

Outra preocupação dos senadores, entre eles o presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), José Alencar (PMDB-MG), é o risco de o gás

natural importado da Bolívia ser pago em dólar. O ministro esclareceu que os investimentos feitos na área não serão pagos na moeda norte-americana e que a diferença cambial pode vir a ser absorvida pela Petrobras, responsável pela importação.

Alcântara defendeu ainda investimentos em energia eólica, que pode começar a gerar energia em um prazo inferior às demais modalidades e que tem grande viabilidade no Nordeste brasileiro. Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Tasso Rosado (PMDB-RN) também participaram da audiência pública.

Osmar Dias aponta manobra do governador do Paraná



Osmar: não existe determinação para venda da Copel

A privatização da companhia energética do Paraná, a Copel, recebeu ontem críticas do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que disse ser preciso denunciar a manobra do governador Jaime Lerner de atribuir a venda da empresa a uma determinação do presidente Fernando Henrique. O senador esclareceu que existe uma lei autorizativa e não uma determinação.

Osmar afirmou que o governador já vendeu o Banco do Estado do Paraná, as rodovias, a empresa de saneamento e mesmo assim a dívida do estado aumentou dez vezes desde que ele assumiu, passando de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 16 bilhões. O senador disse esperar que os deputados impeçam a venda da empresa e que o governador seja julgado por crime de responsabilidade.

Metade dos recursos obtidos com a venda da Copel irá para o Banco Itaú, que detém 28% das ações da empresa, segundo o senador.

— Esses títulos valem hoje metade

do valor que o estado tem a receber se vender a Copel, porque o estado tem em mãos apenas 31% das ações ordinárias da empresa — afirmou.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou que a base governista confiou no governo federal e hoje as privatizações tornaram-se quase "um mercado persa". Já Maguito Vilela (PMDB-GO) informou que Goiás também "vive o mesmo drama", pois o governo do estado quer vender a empresa de energia.

ÁLVARO

Em discurso posterior, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) hipoteceu apoio à posição defendida por Osmar Dias e informou que pesquisa no Paraná revelou que 70% da população rejeitam a privatização da Copel. Ele também anunciou que estão sendo coletadas assinaturas no Paraná para a elaboração de projeto de lei que proíba a venda da empresa.

Álvaro Dias propõe fundo para investimentos em iluminação

Na sessão plenária de ontem, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou à Mesa do Senado projeto de lei que institui o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública (Fasip), com a finalidade de custear as despesas e o investimento no setor.

A idéia consiste em fazer com que esse fundo seja administrado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que definiria os critérios para o rateio dos recursos arrecadados. Dessa maneira, os pequenos municípios com dificuldade em investir em iluminação pública seriam beneficiados.

De acordo com o senador, durante os anos 80 muitos municípios passaram a editar leis que instituíram uma taxa de cobertura da prestação de serviço de iluminação, conhecida como Taxa de Iluminação Pública



Pequenos municípios podem ser beneficiados pelo projeto de Álvaro

(TIP). Contudo, sentenças proferidas pelos tribunais superiores declararam a inconstitucionalidade dessas e de outras leis do gênero.

Álvaro Dias lembrou que projeto de lei que tinha como objetivo permitir aumento da tarifa cobrada dos consumidores das concessionárias do serviço público foi rejeitado pelo Senado e que, com isso, a proposta de emenda à Constituição que permitia aos municípios e ao Distrito Federal instituírem contribuição destinada ao custeio de serviço de iluminação pública foi retirada por iniciativa do próprio autor.

Os insucessos anteriores levaram o senador a propor a criação de um fundo federal que seguisse os moldes do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Aprovada isenção de tributos para cadernos

Plenário acolhe em primeiro turno proposta do senador Sebastião Rocha que visa facilitar acesso a material escolar

Em primeiro turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que isenta de qualquer taxa os cadernos escolares e o papel destinado à sua confecção. Aprovado por 62 votos favoráveis e dois contrários, o texto altera o artigo 150 da Constituição e precisará ainda ser votado em segundo turno, antes de ser enviado à deliberação da Câmara.

Em defesa da matéria, Sebastião Rocha disse que seu objetivo é propiciar a um país pobre como o Brasil o barateamento de um item fundamental no processo educacional. Lembrando que o Brasil tem índices alarmantes de miséria e analfabetismo, ele apresentou dados segundo os quais chega a 23 milhões o número de indigentes, sendo de 34% o índice de pobreza.

Depois de observar que 20% das pessoas mais ricas do Brasil detêm 63% da riqueza nacional, Sebastião Rocha disse que uma proposta destinada a facilitar o acesso de crianças pobres a cadernos escolares merecia o apoio de todo o Senado. Na opi-



Para Sebastião Rocha, os cadernos escolares constituem item indispensável no cotidiano de crianças e jovens

nião de Rocha, os cadernos escolares constituem item indispensável no cotidiano de crianças e jovens, merecendo dessa forma que se favoreça sua aquisição.

Também em defesa da matéria, o senador José Fogaça (PMDB-RS),

que a relatou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, argumentou que o Brasil concede isenção tributária para revistas eróticas e pornográficas e não para livros escolares. Ele pediu enfaticamente que o Senado aprovasse a matéria.

Ricardo Santos afirma que emenda em discussão não acaba com guerra fiscal

Na segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que visa acabar com a guerra fiscal entre os estados, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) sustentou que a iniciativa não produzirá os efeitos almejados.

Pela proposta de Ornélas, caberá ao Senado fixar condições para que um estado possa conceder incentivo fiscal para estimular a instalação de empresas em seu território. Na avaliação de Ricardo Santos, o texto não acabará com a guerra fiscal, mas apenas a limitará a cada macrorregião brasileira.

Para o senador, com essa mudança, cada governador ficará li-

berado para conceder mais ou menos benefícios fiscais, dependendo da região em que o estado se localiza. E, dentro de cada região, continuaria a prática da guerra fiscal. O senador também argumentou que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), com todas as suas imperfeições, representa nesse assunto uma instância de decisão que dificilmente poderia ter suas funções mais bem desempenhadas pelo Senado.

Se aprovada em segundo turno, a emenda será remetida à apreciação da Câmara, onde também terá de ser votada duas vezes. Se for acolhida pelos deputados, o Senado ainda terá de votar a resolução com as normas para a concessão



Ricardo Santos observa que proposta mantém brecha para guerra fiscal dentro de cada região

dos incentivos. A emenda prevê que a futura resolução definirá em detalhes as condições em que um estado poderá reduzir impostos para atrair indústrias.

Francelino espera que o Brasil Legal beneficie BH

A possibilidade de que Belo Horizonte não seja incluída no programa de urbanização de favelas foi condenada ontem pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). Batizado de Brasil Legal, o programa prevê a destinação de R\$ 700 milhões para três capitais: Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. O parlamentar reconheceu a necessidade de essas cidades combaterem as desigualdades sociais, ressaltando que não é contrário a que elas recebam os recursos, mas considerou inaceitável que a cidade em que iniciou sua carreira política não seja contemplada.

No entendimento de Francelino, o governo não situa o problema das favelas da capital mineira nas mesmas condições de urgência verificadas nos outros grandes centros. Tal atitude, de acordo com o parlamentar, tem deixado inconformados os mais diferentes segmentos da sociedade. O senador disse que o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, cardeal dom Serafim Fernandes de Araújo, pronunciou-se a respeito do tema, manifestando a esperança de que o governo recue e que os mais necessitados não sejam prejudicados.

O programa, que deve ser financiado pelo Banco Mundial e contar com recursos provenientes do Fun-



Francelino Pereira: programa do governo federal poderá atender favelados de Belo Horizonte

do de Combate à Pobreza, pode ainda beneficiar Belo Horizonte, na avaliação do senador. Como ilustração, Francelino lembrou que há alguns anos, quando o governo criou o Programa IDH-14 para combater a miséria, Minas Gerais não havia sido contemplada, mas depois de estudos mais aprofundados, o governo voltou atrás, beneficiando 275 municípios do estado.

Para comprovar a necessidade de que o programa Brasil Legal seja implementado em Belo Horizonte, o senador disse que o projeto de urbanização do Aglomerado da Serra, orçado em R\$ 130 milhões, poderá atender a 46 mil favelados que vivem em condições subumanas na região metropolitana da capital mineira.

Maguito: Goiás perto de se tornar Patrimônio Histórico

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) saudou ontem em Plenário a aprovação da candidatura da cidade de Goiás, antiga capital do estado, a Patrimônio Histórico da Humanidade. De acordo com o senador, a aprovação da candidatura pelo Comitê do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), é o primeiro passo para que a Unesco faça o anúncio final do resultado.

Maguito parabenizou a cidade e informou que o comitê que aprovou a indicação é composto por representantes de mais de 70 países, que foram unânimes em apontá-la como Patrimônio Histórico da Humanidade.

— A ascensão da cidade de Goiás ao seleto grupo de nove cidades que contam com o mesmo título no Brasil contribuirá para o aumento do turismo no município e ampliará sensivelmente a proteção



Maguito Vilela destaca passo para o reconhecimento da cidade de Goiás

aos bens históricos e culturais que ela guarda — disse Maguito, para quem a preservação dos monumentos de Goiás significa a perpetuação da história do país.

Ele elogiou a Unesco, cumprimentando ainda os cidadãos da cidade de Goiás. Maguito também agradeceu o apoio do Congresso Nacional e de todas as instituições que têm apoiado a causa da preservação do patrimônio histórico da cidade.

CE aprova pareceres favoráveis a rádios comunitárias

A Comissão de Educação aprovou ontem pareceres favoráveis a sete projetos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio. Quatro das autorizações referem-se a rádios comunitárias. Os projetos dependem ainda da apreciação do Plenário. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou que as matérias sobre concessão não possam ser votadas em conjunto.

As rádios comunitárias são as seguintes: Associação de Radiodifusão Comunitária Itaperuçu (PR); Associação Rádio Comunitária

Belo Horizonte, de Manaus (AM); Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Lasafá, de Caeté (MG); e Rádio Comunitária Educativa e Cultural Ariense, de Arinos (MG). As demais emissoras são a Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Dolores Alcântara, de Cascavel (CE), e a Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, de Ponta de Pedras (PA). Já a Rádio Barbacena (MG) aguarda renovação de sua concessão, para operar em onda média.

Plenário renova concessões de mais seis emissoras

O Senado aprovou seis decretos legislativos renovando a permissão para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Difusora de Amparo (SP); Rádio Difusora de Assis (SP); Sociedade de Radiodifusão

Capivari (SP); Rádio e Televisão Iguaçú, de Curitiba (PR); Associação Comunitária e Cultural de Barra de Santo Antonio (AL); e Fundação Educacional Salesiana Dom Bosco, de Fortaleza (CE).

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Lauro Campos e João Pedro Stedile, membro da direção do MST, falam sobre o massacre em Eldorado dos Carajás
7h30 — *Entrevista* — O sen. Antero Paes de Barros fala sobre a reserva de vagas nas universidades
8h — Comissão de Educação (gravado)
9h — Comissão de Infra-Estrutura — Audiência pública com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, sobre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ao vivo)

Logo após — Comissão de Constituição e Justiça — Audiência pública com o ministro Nelson Jobim, que fala sobre o voto eletrônico
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Conselho de Ética — Ouve Ricardo Molina (ao vivo)
20h30 — *Entrevista* — O sen. Antero Paes de Barros fala sobre a reserva de vagas nas universidades
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das notícias do dia
21h30 — CPI do futebol — Audiência para ouvir os procuradores Raquel Branquinho, Celso Antônio Três e Daniel Prazeres (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Teca: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica — Sistema Analógico:

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Teves não poderão ampliar som durante intervalos comerciais

Projeto de Lauro Campos, que também inclui as rádios, foi aprovado nos termos de substitutivo da Câmara e vai agora à sanção presidencial

O Senado aprovou ontem projeto de lei que obriga as emissoras de rádio e televisão a padronizarem o áudio das transmissões durante os intervalos comerciais. A matéria agora vai à sanção presidencial.

Apresentado originalmente pelo senador Lauro Campos (PT-DF), o texto aprovado foi um substitutivo votado na Câmara, com a seguinte redação: "Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizarão seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais".

Em defesa da iniciativa, Lauro Campos argumentou que as emisso-



Para Lauro, tudo indica que, no Brasil, o homem deixou de ser mais importante que publicidade

oras se utilizam do artifício de aumentar o volume do som nas inserções comerciais como um

recurso subliminar para ampliar o poder de mobilização das mensagens veiculadas. "No Brasil, tudo indica que o homem deixou de ser mais importante que a publicidade", lamentou o senador, que exprimiu seu desejo de que, com a aprovação da medida, os anúncios sejam difundidos no mesmo número de decibéis dos programas.

O projeto incumbe o Poder Executivo de criar mecanismos necessários à normatização técnica da matéria, assim como de fiscalizar o seu cumprimento. O projeto estabelece ainda que o descumprimento da norma sujeitará o infrator à pena de suspensão da atividade.



Na reunião de ontem da Comissão de Educação, presidida por Ricardo Santos, foi adiada apreciação do projeto de José Roberto Arruda que estabelece incentivos para o cinema brasileiro. Fogaça pediu vista

Francelino entrega relatório da Subcomissão do Cinema Brasileiro

O relatório final da Subcomissão Provisória do Cinema Brasileiro, cujas atividades se encerraram no final do ano passado, foi entregue ontem ao presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES). O relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), esclareceu que o documento não é propositivo.

— Trata-se de um levantamento cuidadoso, resultante de uma ampla discussão realizada através

de oito audiências públicas, quando foram ouvidos os representantes mais autorizados dos setores de produção, distribuição e exibição do cinema brasileiro — afirmou.

Francelino solicitou que seu relatório seja distribuído para que sirva de base aos trabalhos da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, que deverá ser instalada na próxima semana. Para o senador,

essa subcomissão será o elo entre o Congresso e o cinema nacional, papel que também foi desempenhado pela subcomissão provisória.

ADIAMENTO

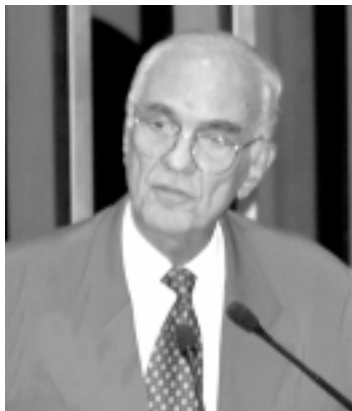
Na mesma reunião, o senador José Fogaça (PMDB-RS) obteve vista do projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que propõe incentivos para o cinema brasileiro e que seria apreciado ontem.

Saturnino propõe plebiscito sobre ingresso na Alca

Para o senador, a adesão à Área de Livre Comércio das Américas pode trazer riscos à sobrevivência da economia brasileira. Por isso ele apresentou projeto de decreto legislativo prevendo consulta popular sobre o assunto

A possível adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) deve ser decidida por meio de plebiscito, defendeu ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que apresentou projeto de decreto legislativo nesse sentido. O senador criticou a demissão do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães do Instituto de Estudos Internacionais, ligado ao Itamaraty, que teria sido decorrência do posicionamento do embaixador contra a adesão do Brasil à Alca.

Na avaliação do senador, o tratado de criação da Alca pode trazer riscos à sobrevivência da economia brasileira. Considerando a



Roberto Saturnino critica demissão de embaixador por ser contrário ao ingresso na Alca

importância do tema, sustentou o senador, não é razoável que o governo impeça um funcionário

do Itamaraty de emitir opinião sobre o assunto.

— Tal é a gravidade do assunto que constitui dever de todo cidadão se pronunciar sobre ele, e o embaixador Samuel Guimarães não pode ser punido por isso — afirmou Saturnino.

Além disso, a demissão, para o senador, fere o princípio da independência acadêmica, uma vez que o instituto é uma entidade de pesquisa, “que não pode ser cerceada”.

— A demissão do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães não honra a biografia do ministro (das Relações Exteriores) Celso Lafer — disse Saturnino.



A Comissão de Relações Exteriores, presidida por Jefferson Péres, sobatina indicados para embaixadas no Japão e em Moçambique

CRE aprova a indicação de dois embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade, ontem, a indicação dos embaixadores Pedro Luiz Carneiro de Mendonça e Ivan Oliveira Cannabrava para comandarem, respectivamente, as embaixadas do Brasil em Moçambique e no Japão. Em suas exposições, os embaixadores explicaram como pretendem conduzir os interesses brasileiros naqueles países.

Pedro Luiz disse que o Brasil tem grande interesse em ter Moçambique como país amigo, um parceiro que se alinhe com posições brasileiras na África e nos colegiados internacionais. Ele explicou que Moçambique saiu de uma recente guerra civil e, como uma jovem democracia, enfrenta sérios problemas políticos, área em que o Brasil poderá ajudar.

Ivan Oliveira destacou alguns pontos da política que pretende implantar. Segundo ele, a embaixada brasileira no Japão deverá acompanhar e dar apoio aos *dekasseguis*,

brasileiros descendentes de imigrantes japoneses, responsáveis pela remessa de US\$ 3 bilhões anuais ao Brasil. O embaixador acredita que o Brasil também poderá firmar uma parceria com o Japão e atuar conjuntamente em novas áreas, como meio ambiente e não proliferação de armas nucleares.

PARAGUAIOS

Atendendo a requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a CRE recebeu ontem uma delegação de senadores e deputados paraguaios partidários do ex-presidente Lino Oviedo, que está preso no Brasil e aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal sobre um pedido de extradição feito pelo governo do Paraguai.

De acordo com o depoimento do senador Guillermo Sanchez, o Paraguai vive sob a tutela do ex-senador Juan Carlos Wasmosy, “eleito” presidente por nove juizes do Supremo Tribunal e que governa o país amparado no poder policial e na corrupção.

Hartung defende voto de censura a George Bush

O líder do PPS no Senado, Paulo Hartung (ES), voltou a propor um voto de censura do Senado Federal à posição do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de recuar em seu apoio ao Protocolo de Kyoto, que impõe limites para a emissão de gases poluentes na atmosfera. Ele aplaudiu a recente decisão de 700 parlamentares dos partidos verdes, reunidos em Camberra (Austrália), de denunciar a pressão de empresas de petróleo — as maiores responsáveis pelos gases — sobre Bush.

Hartung fez um apelo aos senadores para apreciarem, com urgência, o voto de censura, que está sendo relatado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), para que essa manifestação possa contribuir

com as forças democráticas internacionais, empenhadas na preservação do Protocolo de Kyoto, um passo importante para conter a devastação do planeta.

Segundo o senador pelo Espírito Santo, se justamente os Estados Unidos, responsáveis pela emissão de 25% dos gases que provocam o efeito estufa, quiserem ficar de fora de um protocolo que tem na cooperação internacional a sua base, essa decisão obrigará os demais países a repensarem suas respectivas posições, adotando medidas unilaterais de redução de emissões.

Hartung citou o professor José Goldemberg, em recente artigo, afirmando que, sem a negociação de limites específicos nas emissões de



Paulo Hartung lamenta recuo de George W. Bush em relação ao Protocolo de Kyoto

gases — especialmente para o principal emissor, os Estados Unidos —, não haverá qualquer sentido no uso dos incentivos previstos no protocolo.

Tebet saúda construção de ponte sobre o Rio Paraguai

A inauguração da ponte sobre o Rio Paraguai, que ocorrerá no próximo dia 25 em Corumbá (MS), foi registrada ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele destacou que a ponte viabiliza a saída para o Oceano Pacífico, através da Bolívia, dando continuidade à BR-202, que liga a Região Sudeste a Corumbá.

Lembrando os tempos de estu-



Tebet vê a obra como concretização de um sonho antigo

dante, Tebet disse que essa obra é a concretização de um sonho antigo. O senador disse que jamais poderia imaginar, quando estudante no Rio de Janeiro, que, como governador do estado, um dia iria construir 100 quilômetros da BR-262 e que, como senador, seria um dos responsáveis pela alocação de recursos para a construção da ponte sobre o Rio Paraguai.

Comissão Brasil-Canadá define pauta de trabalho

Os senadores que compõem a Comissão Temporária Brasil-Canadá vão decidir, em reunião marcada para hoje, o plano de trabalho do grupo e os nomes das autoridades e especialistas que vão depor. O encontro será na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às 11h30.

A comissão, que tem como presidente o senador Roberto Freire (PPS-PE) e como relator o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), foi criada para analisar o embargo canadense à carne bovina brasileira. Serão também investigados os eventos relacionados às restrições comerciais impostas pelo Canadá à Embraer e às demais relações de comércio entre os dois países.



O senador Jefferson Péres (PDT-AM), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, recebeu a visita, ontem, do embaixador da Coreia, Kim Myongbai, que destacou o estreitamento das relações culturais e de negócios entre o seu país e o Brasil após a visita do presidente Fernando Henrique à Coreia no ano passado.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti e Ricardo Santos